

**EXECUÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 10.424 - DF
(2006/0235253-7)**

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DA TERCEIRA SEÇÃO**
EXEQUENTE : SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS NO
ESTADO DE RONDÔNIA - SINDSEF/RO
ADVOGADO : ADEVALDO ANDRADE REIS E OUTRO(S) - RO000628
EXECUTADO : UNIÃO
INTERES. : MARIA JOSE DA SILVA
INTERES. : MARIA JOSE DA VITORIA ALMEIDA
INTERES. : MARIA JOSE DENIZ PAIVA
INTERES. : MARIA JOSE PEREIRA DOS SANTOS
INTERES. : MARIA JOSEFA COIMBRA
INTERES. : MARIA JOSELIA RODRIGUES DO NASCIMENTO
INTERES. : MARIA JUCILEIA MOREIRA
INTERES. : MARIA LENIDA FERREIRA
INTERES. : MARIA LENITA LEITE RIBEIRO
INTERES. : MARIA LINDALVA DA SILVA
INTERES. : MARIA LOIDES DOS SANTOS BRILHANTE
INTERES. : MARIA LOURDES GONÇALVES SANTOS
INTERES. : MARIA LUCIA BECKER
INTERES. : MARIA LUCIA BOTELHO DE CARVALHO
INTERES. : MARIA LUCIA MONTEIRO
INTERES. : MARIA LUCIA QUEIROZ LIMA
INTERES. : MARIA LUCIA SILVEIRA AZEVEDO
INTERES. : MARIA LUCIA TELES DA SILVA COSTA
INTERES. : MARIA LUIZA DA SILVA
INTERES. : MARIA LUIZA FERREIRA SILVA
INTERES. : MARIA MADALENA DA SILVA RIBEIRO
INTERES. : MARIA MATEUS DE JESUS
INTERES. : MARIA NILDA POLCHERI DE CARVALHO
INTERES. : MARIA NUNES FERNANDES
INTERES. : MARIA ODETE DE ARAUJO

DECISÃO

Apresentados os cálculos pela Coordenadoria de Execução Judicial, elaborados com base no julgamento dos embargos, foram expedidas as requisições de pagamento (fls. 279 e 310), exceto em relação a MARIA LUCIA MONTEIRO e MARIA LUIZA FERREIRA SILVA, por divergência de nome (fl. 311).

Foram, também, expedidas as requisições daqueles que celebraram o acordo com a executada (fl. 258).

Intimada a regularizar a situação (fls. 268-269), a exequente não se

Superior Tribunal de Justiça

manifestou.

É o relatório.

Com a expedição das requisições de pagamento, ocorreu o esgotamento da prestação jurisdicional.

A resolução da pendência nestes autos depende de diligência da parte interessada em apresentar documento que justifique a divergência de nome indicada pela CEJU.

Diante do exposto, **determino o arquivamento dos autos**, com a ressalva de que poderão ser reativados desde que apresentada a documentação necessária no prazo legal.

Havendo o julgamento definitivo do RE 870.947/SE pelo STF, assim como já consignado na decisão de fls. 296-297, os valores bloqueados relativos à diferença entre índices de correção monetária poderão ser levantados, se for o caso.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 30 de setembro de 2019.

Ministro NEFI CORDEIRO
Presidente da Seção